

Desafio da Implantação da Educação Escolar Quilombola no Quilombo de Sibaúma Tibau do Sul/RN¹

Francisco Cândido Firmiano Júnior (Doutorando em Antropologia – UFRN)

Orientadora: Julie Antoinete Cavnac (Departamento de Antropologia / PPGAS – UFRN)

Resumo

A pesquisa desenvolvida no Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, trata de primeiras incursões de minha pesquisa doutoral, tem como objetivo refletir sobre a construção de uma educação diferenciada étnica e a aplicabilidade da lei 10.639/2003 no território quilombola de Sibaúma, no litoral do Sul do Rio Grande do Norte. Entre os principais aspectos, buscaremos realizar um diagnóstico do ensino na escola de Sibaúma. Escola Municipal Padre Armando de Paiva que atua no ensino fundamental Anos iniciais e anos finais. Com finalidade de entender as narrativas envolvendo professores e gestores da escola, e as perspectivas para o futuro e os principais problemas atualmente. Neste sentido, é importante compreender que historicamente o processo educacional esteve caracterizado pelo distanciamento de grupos sociais mais fragilizados, como os grupos étnicos (quilombolas), em todas as instâncias educacionais do país. A ausência de políticas de educação voltadas para as especificidades dos grupos trouxe consequências nas vidas da população quilombola. A pesquisa visa: perceber a contribuição da educação para as questões étnico-raciais, no que diz respeito à formação escolar e a construções identitárias; conhecer os modos de vida e fazeres quilombolas para que os estudantes despertem pelo sentimento de pertença; identificar se os elementos da cultura quilombola são vivenciados no âmbito das práticas pedagógicas e do cotidiano escolar da comunidade de Sibaúma.. Considerando contextualmente a luta pelo enfrentamento do racismo e ao analfabetismo pela dimensão identitária e pela garantia do território em diálogo com os governos municipais e estadual. Desta forma, nossa preocupação é compreender como são construídas as ferramentas de conscientização e valorização da população quilombola, assim como o combate ao racismo dentro da escola.

Palavras-Chave: Sibaúma, Educação Escolar Quilombola, Grupos Étnicos e Território.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Apresentação

A comunidade quilombola de Sibaúma, localizada no litoral do sul do Rio Grande do Norte, pertencente à cidade de Tibau do Sul. A comunidade apresenta ancestralidade africana, e na década passada se iniciou um processo de regularização fundiária das terras da comunidade como território quilombola. O processo se deu em meio a diversos conflitos referente a origem do grupo, assim como as questões territoriais. Devido à falta de unidade por parte dos quilombolas, o processo foi arquivado. A comunidade quilombola é a mais antiga do Estado e apresenta uma das formas mais antigas de resistência através da dança, o coco de zambê, dança tradicionalmente afro-brasileira a qual tem como parte integrante da dança o batuque. Conforme CAVIGNAC (2006):

A permanência de alguns traços codificados da cultura, ainda que pouco visíveis, é a expressão de uma estrutura mais profunda que se reproduz ao longo dos anos na vida cotidiana, através dos gestos, das expressões lingüísticas ou das formas não verbais de comunicação, das técnicas, enfim, de um conjunto amplo formado essencialmente pelos conhecimentos sobre o meio ambiente, as representações simbólicas ligados a ele, os usos do espaço, as formas artísticas, um vocabulário próprio, as expressões religiosas, etc (CAVIGNAC, 2006 Pág .54)

Neste sentido, a expressão cultural desempenhada pela comunidade, reforça no ideário comunitário a resistências dos seus ancestrais. No dia 08 de fevereiro de 2022, foi realizado o encontro de lideranças e representações quilombolas. O encontro ocorreu na praça do Berimbau, e o evento tinha como objetivo o fortalecimento das comunidades em seus direitos constitucionais e territoriais. Houve participação de várias entidades, tais como: Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ); Coordenação Estadual de Política de Promoção da Igualdade Racial (COEPPIR); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), entre outros. Essa atividade também representa a retomada da comunidade, referente ao processo de regularização como território Quilombola.

Nesta atividade se evidenciou a necessidade de um debate em torno de uma educação específica e diferenciada na comunidade, neste dia ficou agendado o retorno de alguns representantes do movimento quilombola do estado para pensar e discutir a implantação da educação escolar quilombola em Sibaúma. Neste sentido, destaco as narrativas de lutas e resistências, acionado através do uso de uma memória regressa, acionados pelos quilombolas

de Sibaúma. Baseado em uma pesquisa etnográfica, focalizada em acervos fotográficos, esse trabalho busca compreender os conflitos e as táticas desta rede de moradores no enfrentamento cotidiano dos preconceitos raciais, tendo como uma grande aliada a educação como elementos de conscientização de sua história por parte dos estudantes da escola.

Após esse primeiro momento foi agendado um encontro com o secretário municipal de Educação de Tibau do Sul no dia 19 de março de 2022, na ocasião estavam presente membro do movimento quilombola do estado, professores do IFRN e a professora da UFRN, Julie antropóloga autora do relatório socioantropológico da comunidade de Sibaúma, na ocasião foi debatido a possibilidade que o município reconheça a educação escolar quilombola como modalidade de ensino, através de uma portaria municipal.

No dia da visita a sede da secretaria municipal de educação de Tibau do Sul se encontrava em processo de mudança para outro local, com isso a nossa reunião foi realizado em prédio próximo ao local, iniciou a reunião com as apresentações das pessoas presentes, e em seguida foram discutida a atual realidade da Escola Municipal Padre Armando Paiva no tocante a ancestralidade negra da comunidade, e como a escola pode está fortalecendo os laços identitários de seus estudantes levando em consideração que a escola está situado em um território étnico.

É importante ressaltar que a proposição da referida reunião se deu devido através da insatisfação da gerência da escola por parte da comunidade que a mesma não estava colocando em pauta a questão étnico racial na escola, devido essa insatisfação as lideranças da comunidade através da associação quilombola, com isso foi proposto essa reunião com a secretaria de educação juntos com os demais segmentos já mencionado neste trabalho. Além disso, o ponto crucial para a insatisfação das lideranças de Sibaúma foi a demissão do único professor quilombola da comunidade que trabalhava na escola e trabalhava as questões referente a ancestralidade da comunidade em suas aulas.

Objetivo da reunião seria a proposição de um ajuste nos trabalhos pedagógicos da escola para que a mesma contemple a educação escolar quilombolas em suas atividades, e teria como parceiros o IFRN e UFRN, o IFRN Campus Canguaretama se propôs elaborar um curso de formação para os professores da escola, curso de formação continuada para trabalhar as relações étnicos raciais na escola, é alguns pontos que foram discutidos na reunião.

A referida escola está situada em um território quilombola, porém a mesma ainda não iniciou o processo de formação como escola quilombola. Neste trabalho vou discorrer um pouco da situação atual de Sibaúma neste processo de mobilização e conscientização perante a comunidade e que pode ter a educação como uma grande aliada.

Educação Diferenciada e Educação Quilombola no Rio Grande do Norte

No estado do Rio Grande do Norte a proposição de uma educação diferenciada se deu a partir dos movimentos sociais do campo: o movimento sem-terra do Estado e do movimento indígenas, ambos trazem como proposição uma educação diferenciada e específica. Por parte do poder público se deu inicialmente com a criação do o comitê gestor da educação campo e diversidade do Estado do Rio do Norte (COGEC), junto com o núcleo de educação do campo e diversidade (NECAD), ligado a secretaria estadual do Rio Grande do Norte (SEEC/RN).

Em relação a educação escolar indígenas tem como recorte temporal o processo de emergência étnica dos povos indígenas do Estado em meados dos anos 2000, sendo a audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte no ano 2005 um marco importante, tendo em vista uma maior repercussão nas instâncias governamentais sobre as demandas referente ao campo da educação, com a proposição da implementação de uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas. Desde então foram realizadas diversas reuniões junto com Ministério da Educação (MEC), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) entre outras instituições. Com isso a pauta da educação escolar indígenas foram se desenvolvendo no Estado, que os próprios indígenas se articularam junto ao poder público do Estado e conseguiram a criação da primeira escola indígenas do Estado do Rio Grande do Norte, a Escola Indígenas João Lino, Localizada no território indígena do Catu no município de Canguaretama/RN no ano de 2011. Desde então a pauta sobre educação escolar indígenas vem avançando, já foi criada outra escola indígena no estado e neste ano de 2022, o Estado do Rio Grande do Norte publica o DECRETO Nº 31.596, de 09 de junho de 2022. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

No tocante a educação escolar quilombola o Rio Grande do Norte é o Estado da federação que não temos nenhuma escola, que trabalhe a educação escolar quilombola e o que temos hoje é algumas escolas que estão situada nos quilombos do Estado, mas que não trabalha a educação escolar quilombola. É importante destacar que as primeiras discussões sobre educação escolar se dá no âmbito da criação do fórum para as relações étnico racial do Rio Grande do Norte, e logo em seguida no núcleo de educação do campo e diversidade foi criado um assento quilombola para discutir a pauta quilombola na secretaria estadual de educação. No tocante a institucionalização da política da educação quilombola pouco avançou, ocorreram algumas reuniões mas nada muito de significado foi criado no Estado.

Comunidade Quilombola de Sibaúma

A comunidade de Sibaúma foi reconhecida como comunidade quilombola junto a fundação cultural palmares no ano de 2005, no ano seguinte se iniciou o processo de regularização fundiária da comunidade de Sibaúma junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio Grande do Norte (INCRA/RN), é importante dizer que esse processo se deu de forma bastante conflituosa, pois a comunidade por estar localizada em uma área bastante valorizada, por seu território está localizado vizinho a praia da Pipa, com isso a especulação imobiliária é muito grande na comunidade, durante o processo de regularização fundiária a comunidade ficou dividida entre aceitar ou negar o processo de definição de suas terras como território quilombola.

Uma das primeiras disputas de narrativas em Sibaúma foi a aceitação de ser ou não ser quilombola, é importante dizer que ser quilombola em Sibaúma é reconhecer seu passado ancestral que simbolicamente é representado através da dança o coco de zambê, da capoeira das tradições culturais nas confecções dos tambores. A comunidade já realizou diversos eventos que promovem e fortalecem a cultura quilombola de Sibaúma como o festival de capoeira, a noite dos tambores e neste ano a realização do encontro de lideranças e representações quilombolas do RN.

Não ser quilombola em Sibaúma é não reconhecer o passado ancestral da comunidade, assim como negar a presença de seus remanescentes, durante esse processo de regularização fundiária existiu por parte de alguns empresários locais a tentativa de apagamento da história da comunidade, pois a proposição de uma Sibaúma quilombola não agradava aos empresários e ao poder público municipal pois existiam outros interesses econômicos para a comunidade, interesses esses que não estava em consonância com os moradores. Existe uma tentativa real de apagamento de Sibaúma como quilombola para que seja criada uma nova Pipa trazendo alusão da vizinha famosa.

O processo de regularização fundiária se encontra hoje arquivado pelo INCRA/RN, associação de moradores que estão em processo de uma nova articulação na tentativa de uma reabertura hoje os moradores quilombolas de Sibaúma sentem a necessidade de ter o direito garantido de acesso à terra.

Em meios a todos esses conflitos temos a escola da comunidade, não acompanhou essa discussão onde a mesma está de fora da temática, desta forma se faz necessário uma ação mais efetiva por parte da escola referente a questão étnicoracial. é importante pensar ações efetivas

ao qual promovam a cidadania do grupo e que estimulem aos estudantes o sentimento de pertença do seu território.

Escola Municipal Padre Armando de Paiva

Escola Municipal Padre Armando de Paiva, situada na zona rural do município de Tibau do Sul, na comunidade quilombola de Sibaúma, a escola oferece as seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais). A escola funciona nos três turnos, recebendo as crianças da comunidade durante o dia e Educação de Jovens e Adultos (EJA) a noite. O prédio foi construído durante o período de edificação das casas de alvenaria, entre os anos de 1978 e 1983. Antes, havia uma professora (Zefa) que vinha de Barra de Cunhaú para ministrar aulas numa palhoça, edificada pelo padre Armando nos anos 1960 (CAVIGNAC, 2006 Pág .179).

É importante ressaltar que a escola está localizada em território quilombola, inclusive presenciou o processo de emergência étnica assim como processo de regularização fundiária em Sibaúma, a escola se apresentou como alheia a toda essa discussão, não sendo promotora da pauta quilombola. Mesmo não sendo promotora do diálogo ou fomento da questão quilombola na comunidade, após a certificação de Sibaúma como quilombola com o reconhecimento quilombola a escola, e a prefeitura de Tibau do Sul, começa acessar o recurso financeiro diferenciado ao que compete a merenda escolar quilombola.

A escola possui gestão não democrática, a direção da escola é indicação política, a atual diretora da instituição não é sensível ao tocante a pauta quilombola, inclusive a um esforço por parte da mesma a não aceitar que a escola seja reconhecida oficialmente como escola quilombola. A associação de moradores junto com alguns parceiros como UFRN e IFRN, estão dialogando junto com a prefeitura de Tibau do Sul para que a escola seja reconhecida como escola quilombola.

A escola mesmo estando em território quilombola precisa de um reconhecimento por parte do município através de legislação específica (portaria municipal) reconhecendo a educação escola quilombola como modalidade de ensino, a partir daí se pensar em estratégia de implementação da modalidade de educação quilombola, como pensar formação continuada para os professores da escola e professores da comunidade, inserir no projeto político pedagógico da escola as especificidades quilombola assim como pensar currículo, trazendo as

dinâmicas do lugar para o ambiente da escola, é importante pensar não só em uma merenda diferenciada e sim pensar uma educação diferenciada específica quilombola como um todo.

A escola não pode estar à margem da discussão sobre a questão étnica da comunidade, a escola tem que ser parte do processo, a partir do momento que a direção da escola negar o direito de uma educação escolar quilombola, a mesma está contribuindo para o apagamento da identidade quilombola de Sibaúma. Neste sentido é necessário ações efetivas como aplicação da lei 10.639/2003 que trata da história e cultura afro-brasileira para se trabalhar na escola, trabalhar ainda as diretrizes que trata a educação escolar quilombola que devem ser implementadas em todos os quilombos do país. A formulação de uma proposta pedagógica para a educação quilombola certamente carece de pesquisas que envolvam aqueles saberes comunitários e um intercâmbio de conhecimentos entre diversas áreas (CARRIL, 2017, p. 554). Com isso é necessário pensar ações afirmativas dentro da escola, o que temos hoje em Sibaúma, são ações pontuais que são desenvolvidas por alguns agentes que está inserido no contexto da escola, que é o caso de um professor quilombola e de uma professora engajada.

Ações Afirmativa na Escola

Historicamente o processo educacional esteve caracterizado pelo distanciamento de grupos sociais mais fragilizados, como os grupos étnicos (quilombolas), em todas as instâncias educacionais do país. A ausência de políticas de educação voltadas para as especificidades dos grupos trouxe consequências nas vidas da população quilombola. A exclusão do ensino formal significa “estar fora”, à margem, sem possibilidade de participação. Isso deixou impactos profundos na vida social como um todo. É um processo complexo, carregado de sentidos e dotado de contornos materiais, imateriais, políticos, relacionais e subjetivos. Não é uma falha.

A exclusão é parte integrante do sistema colonial opressor vigente, produto de seu funcionamento, resultando em marginalizações. Neste sentido se faz necessário ações afirmativas que tem como finalidade promover a cidadania deste grupo historicamente discriminado, desta forma algumas ações afirmativas que são realizadas na escola de Sibaúma ocorre de forma isolada, algumas poucas ações que são desenvolvidas, são de iniciativa de pessoas que são engajadas e tem o compromisso com a questão étnico racial da comunidade.

Destaco iniciativas isoladas que ocorreram e ocorrem na Escola Municipal Padre Armando de Paiva, a experiência de um professor quilombola e a experiência de uma professora engajada. Entre os professores da escola havia um professor quilombola que lecionava na turma do quarto ano do ensino fundamental anos iniciais, o referido professor em

suas metodologia ele trazia a dinâmica da comunidade como aulas temáticas que abordavam a cultura de Sibaúma como os tambores, os tambores para Sibaúma é o elemento vivo de sua cultura inclusive a praça da comunidade tem o símbolo do tambor em um orelhão, neste sentido ser quilombola é ter raizados elementos da cultura africana expressada através da dança do coco de zambê, como já mencionado neste trabalho a comunidade já realizou festivais referenciando a cultura quilombola da comunidade.

O referido professor que é quilombola de Sibaúma ele trabalhava como contrato temporário, no início do ano letivo de 2022, o mesmo foi comunicado que seu contrato não seria renovado pela prefeitura alegando que os pais dos alunos não estava satisfeito com o trabalho desenvolvido pelo professor, e o mesmo foi convidado desenvolver outra atividade dentro da escola como vigia ou porteiro, e ainda destacando que o mesmo não teria condições de continuar atuando como professor.

O único professor quilombola da escola que trabalhava as questões da comunidade, foi perseguido pela gestão da escola, com isso foi retirado da escola, inclusive com a tentativa de diminuir sua função profissional mesmo o professor sendo licenciado em pedagogia foi ofertado uma função de diferente de sua formação, com isso fica bem evidente as tentativas de apagamentos e silenciamento por parte da direção da escola, que o fato de o professor trabalhar a cultura quilombola em suas aulas incomodavam a gestão, que insiste em negar a ancestralidade quilombola da comunidade. Como já mencionado neste trabalho, que a escola de Sibaúma não está à serviço dos moradores quilombolas e se mostra ao contrário do interesse da comunidade, a gestão da escola reforça o racismo institucional dentro da comunidade.

A outra experiência que temos na escola, é de uma professora que não mora na comunidade mas trabalha na escola, ela leciona a disciplina de língua inglesa é professora do quadro efetivo do município de Tibau do Sul, a mesma desenvolve algumas ações que tem como finalidade dar visibilidade aos estudantes quilombolas da escola, como a inscrição em um concurso a nível nacional que premiou as meninas quilombolas, o grupo inscrito pela escola ficou classificado em segundo lugar, a professora trabalha ainda textos que abordam temática de combate ao racismo, entre outras atividades.

É importante mostrar como essas ações são necessárias para a formação identitária dos estudantes de Sibaúma e para o combate ao racismo dentro da comunidade, assim como incentivar a conscientização por parte dos estudantes e moradores da comunidade, neste sentido a escola é acionada por esses agentes para que ela cumpra o seu papel social que é de estar em

consonâncias com a comunidade. Desta forma é necessário que a escola seja um ambiente propício para a realização de diversas ações que estimulem as atividades que fortaleçam a identidade étnica da comunidade.

Considerações finais

Partindo dessas considerações sobre o contexto da Educação Quilombola na escola Municipal Padre Armando de Paiva da comunidade de Sibaúma, demonstra as desigualdades sociais/educacionais e o desafio de uma educação específica voltada para os quilombolas, note-se que em Sibaúma existem tentativas de apagamento da cultura quilombola por parte de alguns agentes do poder público municipal e de empresários da região com iniciativas que tentam, desmobilizar a comunidade assim como as lideranças quilombolas, como por exemplo as disputas internas em sibaúma em aceitar ou negar sua identidade quilombola em decorrência desta falta de unidade veio o arquivamento do processo de regularização fundiária da comunidade junto ao INCRA/RN, observa-se ainda que a escola está presente nessa encruzilhada como uma instituição educacional que não promove e nem estimula a cultura quilombola em Sibaúma, se ausentando inclusive do debate étnico da comunidade. O que temos são poucas iniciativas dentro do ambiente escolar.

Deve-se considerar que o esforço ainda que bem pequeno por parte de alguns sujeitos engajados na causa e os mesmos ainda buscam, por uma identidade negra propicia aos indivíduos o reconhecimento de si próprios e de seus valores em um processo de conscientização e de constante definição, enquanto sujeitos sociais, refletem sobre o reconhecimento de seus saberes e suas práticas ancestrais como conteúdos pedagógicos, que são fundamentais para se reconhecer a organização política dos grupos quilombolas. Com efeitos, as diferenças raciais são evocadas pelos grupos específicos com o objetivo de reproduzir esses saberes ancestrais e instituir como saberes formais e, portanto, educacionais.

Puder observar que esse processo iniciado na comunidade quilombola de Sibaúma tocante ao campo educacional está propícia para iniciar o debate sobre o que chamamos de uma educação escolar quilombola, se apresenta como um campo fértil, para que seja alicerçada as discussões para a elaboração de estratégias para iniciar e fundamentar a uma educação específica e diferenciada dentro da comunidade valorizando o passado ancestral do lugar.

Neste trabalho evidenciou o processo de conflitos e disputas políticas em Sibaúma referente ao processo de regularização fundiária, Assim como a falta de mobilização por parte

dos agentes da escola Municipal Padre Armando de Paiva, se observar que há uma necessidade de implantação de uma educação específica quilombola na comunidade é de extrema repercussão na vida dos quilombolas, é urgente indispensável a acessar essa política pública no campo da educação (educação escolar quilombola). Neste sentido, a educação escolar quilombola é uma aliada para o combate às desigualdades sociais assim como o combate ao racismo na comunidade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9.394/96, 10.639/2003, 11.645/2008, 12.228/2010.

CARRIL, Lourdes De Fátima Bezerra . **Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto**. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017

CAVIGNAC, Julie. **Uma Sibaúma só! Relatório antropológico da Comunidade Quilombola de Sibaúma. Relatório Antropológico**. Convênio FUNPEC, UFRN, INCRA. 2006.

RIO GRANDE DO NORTE, **Decreto Nº 31.596, de 09 de junho de 2022**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

Anexos



Figura 01.

A praça do Berimbau, organizada com tambores, instrumento usado na dança do coco de Zambê e orelhão ornamentado como um berimbau.